

SOUSA GALITO, Maria (2004). O 11 de Setembro e as Suas Consequências. CI-CPRI, AO, Nº3, pp. 1-6.

AO: Artigo de Opinião

CI-CPRI



O 11 de Setembro e as Suas Consequências

O dia de 11 de Setembro não adormeceu a assistir, de olhos pregados na televisão aberta, aos últimos acontecimentos nos EUA – actualmente a única superpotência mundial, antes supostamente invulnerável e inatingível. E a sombra desse dia pairou durante estes últimos dois anos, em que o mundo andou num rodopio constante, procurando compreender se, de facto, tudo mudara de repente ou a cegueira deixara de ser grande. Os ataques terroristas, protagonizados pela Al-Qaeda, haviam conseguido chocar a opinião pública ocidental, lançando os meios de comunicação numa fúria mediática que os levaria às montanhas afegãs e ao deserto iraquiano, depois de redefinidas as agendas políticas e do jogo de xadrez internacional passar a ser jogado a várias mãos, mesmo quando os EUA pareciam querer avançar unilateralmente.

O *11 de Setembro de 2001* passou a ser um marco histórico. O mundo tinha mudado e nunca mais ia ser o mesmo. Porquê? A ameaça passou a ser global? A globalização é um processo que dura há séculos e já produziu milhares de vítimas. Por ser um ataque perpetrado contra um país em paz? Recorde-se o ataque a *Pearl Harbor* pelos japoneses, que desequilibrava a Balança de Poderes na II Guerra Mundial. Por ser um acto terrorista desnacionalizado e global? O projecto terrorista, à escala mundial, tem décadas.¹

Nesse caso, porque correu tanta tinta? Primeiro, porque assistimos em directo pelas televisões ao que *não deixou de ser* uma tragédia e um acto reprovável com impacto mundial, que rasgou o coração económico dos EUA – a única superpotência actual, quando esta se achava incólume. Uma questão geopolítica de prima importância.

¹ «(...) em janeiro de 1966 – inaugurou-se em Havana uma Conferência Tri-continental, à qual compareceram 513 delegados representando 83 grupos terroristas do Terceiro Mundo. Jamais se vira coisa igual desde a Revolução Bolchevique em 1917, e o mundo nunca mais voltaria a ser o mesmo. (...) O seu objectivo era estabelecer “uma estratégia revolucionária global para combater a estratégia global do imperialismo americano”.» [Sterling, C. (1982). *A rede do terror – A guerra secreta do terrorismo internacional*. Rio de Janeiro: Nórdica; pp. 24]

Segundo, comprovou-se que nenhum Estado está livre de perigo. O sentimento de segurança internacional sofreu um abalo. Por isso tantos países (inclusivamente rivais tradicionais) se uniram compulsivamente contra uma ameaça comum.

Terceiro. *Algo mudara*. Já não se falava no *Fim da História*, temiam-se sobretudo conflitos de índole religiosa, vivia-se sob a ameaça de conflitos não-clausewitzianos. Uma nova ordem mundial?

Por outro lado, quem assistiu aos eventos pelos meios de comunicação, passou a ser alvo indirecto da acção terrorista, pois estes grupos armados vivem das experiências traumáticas que desencadeiam, almejando efeitos superiores aos resultados efectivos das suas acções – a força matriz existe e resiste em função dos resultados, instigando uma tensão traumática, tão mais penosa quanto mais as cenas retrospectivas forem intensas nas pessoas que lembram o horror. Âmbito no qual, a acção terrorista da Al-Qaeda parece ter sido extremamente bem sucedida.

O que produziu consequências. O terrorismo criou uma sensação de incerteza na população, de suspeita relativamente às instituições e aos agentes estaduais que supostamente deveriam ter garantido a sua segurança. Como o terrorismo costuma ser mais forte quanto mais frágil o sistema de autoridade, era preciso investir na segurança, embora implicasse tomar um certo número de políticas que de certa forma restringiriam a liberdade.

Com o tempo, uma população como a ocidental, cosmopolita, democrática, aberta e livre, acabou por aperceber-se do reverso da medalha, do perigo dessas políticas restritivas, não se dispondo a abdicar de certos direitos que levaram décadas a conquistar.

Afinal, é difícil equilibrar *liberdade e segurança* enquanto são promovidas medidas extraordinárias que distribuem militares armados nos aeroportos e se admite a hipótese de colocar os telefones sob escuta ou as contas bancárias dos cidadãos sob investigação. Tais medidas podem ameaçar as bases de um Estado de Direito?

As limitações às liberdades fundamentais podem crescer, se as entretanto praticadas se mostrarem ineficientes. Pior, se espelharem apenas uma falta de confiança dos povos nas sombras que movem em seu redor, o que pode instigar regimes políticos progressivamente menos respeitadores do Direito.

Em contrapartida, a inexistência de uma resposta pronta que agrade a todos fortalece os terroristas, que agiram prevendo essa hipótese – em especial uma organização como a Al-Qaeda, que age em rede de forma flexível e engenhosa. As suas actividades chegam a infiltrar-se discretamente no mercado financeiro internacional, beneficiando das vantagens dos *off-shores* para multiplicar o dinheiro proveniente do tráfico de droga ou de armas, ou de investimentos em empresas legítimas. Uma lavagem de dinheiro possível por a origem dos capitais ser difícil de comprovar quanto maior o número de intermediários. Na prática, no meio do que circula para melhorar o bem-estar das populações, imiscui-se tudo quanto mina esse próprio bem-estar.

Mas o 11 de Setembro também obrigou o mundo a pensar; a esforçar-se por evitar o *choque de civilizações*, ou, pior, o *choque de religiões*. Abriu os olhos para uma realidade já existente, baseada na racionalização do fanatismo – diria até *na robotização e no comando à distância* de agentes suicidas, sucessivamente renováveis.

A Al-Qaeda representa um *terrorismo desterritorializado* com ódio profundo pela sociedade ocidental e nos valores que esta representa. Apela a uma *neo-jihad*. Qual é a diferença? A *jihad* islâmica tradicional permite travar guerra contra os não crentes, mas proíbe o combate em emboscadas (*ambush fighting*, terrorismo inclusive?).

A Al-Qaeda é um *Poder Errático* em que vigora o princípio *da efectividade*. Não possui território, nem legalidade objectiva. Todavia, sempre que um Estado negocia com um poder errático, confere-lhe legitimidade política.

Era mesmo necessária uma intervenção militar no Afeganistão? Se os soviéticos não tinham conseguido, porque acharam os EUA que conseguiriam (e ainda por cima, de forma célere e cirúrgica)?

Porque é que a captura de Bin Laden passou a ser central no discurso oficial da intervenção no Afeganistão? Ainda não foi capturado, vivo ou morto, o que não deixa de ser um objectivo oficial falhado (com consequências políticas).

Porque é que o terrorismo começou por ser declarado um acto de guerra? Gerou problemas sobre que tipo de jurisdição aplicar aos terroristas capturados. O problema de considerar o terrorismo um acto de guerra é tornar os terroristas combatentes. Os agentes criminosos ficam sob a alçada do Direito Penal Civil. Aos combatentes é aplicada a Jurisdição da Convenção de Genebra.

Para que se escolheu um *eixo do mal*? Para obter reacções exacerbadas nos países alvo? Foi conseguido. Irão, Coreia do Norte e Iraque. Já todos sabemos no que deu.

O Iraque era o *elo mais fraco* do Médio Oriente. Saddam Hussein virara costas à liga anti-terrorista do *pós-11 de setembro*. O isolamento do país na Geopolítica regional e mundial tornou-se evidente ao invadir o Koweit (o que justificou a primeira Guerra do Golfo). A opção visava desequilibrar a *Balança do Petróleo* a desfavor do Irão – rival do Iraque (em especial depois da Guerra que os separou durante oito anos). Aliás, o ouro negro é o cerne da questão. O Iraque é um dos maiores fornecedores de petróleo dos EUA.

Foi esta bela presa no contexto Geoeconómico que foi acusada de possuir armas de destruição maciça. Por isso se aprovou, por unanimidade², a Resolução 1441 do Conselho de Segurança da ONU, a 8 de Novembro de 2002, para reforçar o desarmamento do regime iraquiano, conferindo a Bagdade, uma última oportunidade para cumprir com suas obrigações; reforçando o processo de inspecção a cargo da Comissão de Monitoramento,

² Todos os 15 membros do Conselho votaram a favor da resolução; os membros permanentes (China, França, Rússia, Grã-Bretanha e Estados Unidos), bem como os membros não permanentes (Bulgária, Camarões, Colômbia, Guiné, Irlanda, Ilhas Maurício, México, Noruega, Singapura e Síria).

Verificação e Inspeção da ONU (UNMOVIC) e da Agência Internacional de Energia Atómica (IAEA); isto depois da diplomacia dos EUA ter negociado longamente, sobretudo, com a França e a Rússia, países que estabeleciam uma cooperação económica com o Iraque.

Portanto, intervir no Iraque parecia ser cada vez menos para combater um *state sponsor*, do que para resolver antigas desavenças e defender interesses Geoestratégicos ou Geopolíticos.

Afinal, a relação entre países nem sempre é transparente; a convivência entre líderes muitas vezes dúbia. A coexistência entre (supostos) rivais nem sempre diametralmente oposta. No meio dos que verdadeiramente lutam pelo bem-estar mundial, há muita hipocrisia.

Por um lado, Bin Laden é um produto forjado durante a guerra do Afeganistão para ajudar os *mujahedines* a derrubar o regime comunista de Cabul (apoiado militarmente pela URSS), uma aposta patrocinada pelos EUA.

Por outro lado, Saddam Hussein subiu ao poder porque os EUA apoiaram a sua alternativa ao regime que entretanto existia no Iraque.

Quem é contra a intervenção dos EUA no Iraque, tende a invocar as razões não declaradas da superpotência. Primeiro, a opção foi Geoestratégica, em função de uma rivalidade político-económica, que se justifica pelo desequilíbrio entre interesses norte-americanos e sauditas, até à data mais ou menos aliados, criando uma crise energética. Recordam-se as ligações de membros da Casa Branca a grandes empresas petrolíferas³.

A Administração da Casa Branca teria acreditado que poderia resolver unilateralmente os seus problemas, substituindo a tendência conservadora isolacionista do *pré-11 de Setembro*, por um unilateralismo assertivo.

De acordo com a lei dos EUA, o país só se compromete a seguir as normas do Direito Internacional que, em cada momento, *forem livremente consideradas boas, oportunas e adequadas* aos interesses nacionais do país decretados pelo poder executivo, ainda que sem audiência ou deliberação do Congresso. Curiosamente, invocam o Direito Internacional nas suas relações contra terceiros. É o denominado *Direito Internacional à la carte*.⁴

A Grã-Bretanha, liderada pelo primeiro-ministro trabalhista, Tony Blair, aliou-se aos EUA.

³ «(...) a Halliburton, afirma de que o vice-presidente Dick Cheney foi director-geral até 2000, ganhava um contrato no valor de 140 milhões de dólares para desenvolver um campo petrolífero na Arábia Saudita. E em Agosto de 2002, o Presidente Bush convidava para o seu rancho do Texas, o príncipe Bandar, embaixador saudita na ONU, com o propósito de obter o apoio do reino dos Al Saud na intenção que já então se preparava para acabar de vez com o regime de Saddam.» [Fialho, F. (2003). Um mundo mais perigoso. *Visão*, Análise, p. 49]

⁴ «Eu próprio ouvi a Embaixadora dos EUA junto da ONU, Madeleine Albright, defender (...) que, em sua opinião, o Direito Internacional não existe: o que existe são arranjos políticos entre as grandes potências, feitos e desfeitos conforme as circunstâncias de cada momento.» [Freitas do Amaral, D. (2002). *Do 11 de Setembro à crise do Iraque*. Viseu: Bertrand Editora, p. 98]

A Alemanha, do chanceler Gerard Schröder, foi a primeira voz activa contrária⁵, considerando que uma intervenção militar no Iraque poderia inviabilizar a liga anti-terrorista do *pós-11 de Setembro*, mantendo uma posição mais conforme à do Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan.

A posição conjunta de Chirac e Schröder irritou os EUA. Desejavam constituir um *contra-poder*? A Europa dividiu-se. O então primeiro ministro português Durão Barroso assinou, em Janeiro de 2003, uma carta conjunta de oito dirigentes europeus⁶, que ficou conhecida como a *Carta dos Oito*, um manifesto de apoio à política externa dos EUA com vista a desarmar o Iraque, dando como adquirida a existência de armas de destruição maciça no país e o apoio iraquiano a grupos terroristas. Uma estratégia dos países pequenos da Europa, aliados à superpotência.

O Secretário da Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, atirou achas para a fogueira, ao chamar “Velha Europa” à França e à Alemanha, como se o centro de gravidade da Europa se estivesse a afastar para leste, para uma *Nova Europa* mais a favor da política externa dos EUA. Declaração infeliz. A frente franco-alemã fortaleceu-se. E as manifestações europeias de 15/02 subsequentes espelharam esse descontentamento.

Mas os EUA e seus aliados avançaram, de facto, sobre o Iraque. Uma vez conquistada Bagdade (numa operação relâmpago, em apenas 21 dias), e com a queda do regime de Hussein, apostou-se no refortalecimento das relações transatlânticas, e na importância da Europa e dos EUA trabalharem em conjunto, com os olhos postos na OTAN e na ONU.

Mas a guerra entretanto não acabou. É que os que possuem poucos meios preferem manter a resistência num conflito efectivo (que produza baixas no adversário) de fraca intensidade que tenda para a perpetuidade, pois produz mais efeitos nos exércitos regulares estrangeiros.

Entretanto, os talibãs ressurgem no Afeganistão. A Coreia do Norte e o Irão não esqueceram a afronta e tentam a capacidade de dissuasão nuclear. E o conflito israelo-palestiniano parece interminável.

⁵ As razões de Schröder, todavia, eram eleitoralistas e nem sequer produziram o efeito desejado, pois o chanceler perdeu as eleições em Hasse e na Baixa Saxónia, e enfrenta ainda descontentamento e resistência às suas políticas internas.

⁶ A carta foi assinada por Durão Barroso (Portugal), Tony Blair (Grã-Bretanha), Silvio Berlusconi (Itália), José Maria Aznar (Espanha), Anders Fogh Rasmussen (Dinamarca), Leszek Miller (Polónia), Vaclav Havel (República Checa) e Peter Medgyessy (Hungria). Jacques Chirac criticou sobretudo a posição de alguns dos candidatos ao alargamento da União Europeia, com um *perderam uma boa oportunidade para estarem calados*. Costas Simitris, primeiro ministro grego, diria até que «A forma escolhida por cinco Estados-membros e três candidatos para exprimir a sua iniciativa em relação ao Iraque não contribui para uma posição comum europeia sobre o assunto.» [Costas Simitris cit. in Rosário, D. (2003), “... e o apoio dos 8 aliados europeus”, *Expresso*, 01/02]; mostrava-se desiludido por nenhum dos altos representantes da União, Javier Solana, Responsável pela Política Externa Europeia, ou Chris Patten, Comissário para as Relações Externas, terem sequer sido avisados acerca do projecto.

As instituições internacionais saíram feridas deste processo. O terrorismo ataca de vez em quando. Urge a pergunta. Muitos países uniram-se para intervir no Afeganistão e no Iraque, supostamente em prol da Democracia e da estabilidade à escala global. Nesse caso, o mundo não deveria estar mais seguro? Porque é que está tão instável? A opção foi errada?

Vivermos num mundo impetuoso e veloz. Exijamos soluções rápidas para problemas que exigem *tempo*. O futuro mostra-se incerto. O Médio Oriente continua explosivo, em especial por causa do conflito israelo-palestiniano e da instabilidade no Iraque e no Afeganistão.

As potências entrechocam posições, esgrimindo em nome do poder, da manutenção dos seus interesses económicos e geoestratégicos. Muito embora o jogo de xadrez seja internacional, toda a política é local. Como em qualquer novela interminável, resta aguardar pelas cenas dos próximos capítulos.